

Relações raciais, psicanálise, discurso e o legado quatro autoras negras brasileiras

Racial Relations, Psychoanalysis, Discourse and the Legacy of Four Black Brazilian Authors

Cecília de Aquino Barbosa

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Rio de Janeiro | RJ | BR

ceciliaquino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9924-7326>

Amana Rocha Mattos

Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (UERJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR

amanamattos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2890-5421>

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir as marcas das obras de quatro autoras negras na psicanálise e na psicologia. Lélia Gonzalez, Neuza Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento que, dialogando com a teoria psicanalítica, produziram e produzem análises sobre as subjetividades negras e brancas, considerando o contexto estruturalmente racista da sociedade brasileira. Seus trabalhos convocam a psicanálise brasileira a acordar do repouso sobre o mito da democracia racial para que possa escutar testemunhos da violência racial no Brasil. Suas obras mostram a importância das produções discursivas na constituição da nossa cultura, das relações de dominação e exploração racial, bem como nos modos de viver, sentir e agir. Como método, as noções de ideologia, resistência e condições de produção do discurso foram utilizadas para tratar das construções teóricas dessas autoras e analisar seus efeitos no campo da psicanálise, bem como seu papel fundamental para o enfrentamento do racismo e do epistemicídio no âmbito da psicologia brasileira. Nos resultados, observou-se que a atuação dessas autoras evidencia, entre outras coisas, a importância de suas implicações a partir do lugar que ocupam/ocupavam, produzindo resistência ao (não) lugar destinado ao negro na teoria psicanalítica, e colocando suas experiências de vida como motor de uma produção acadêmica que constrói outros sentidos onde havia, se não o mito da democracia racial, silenciamento.



As conclusões apontam para o papel do discurso da neutralidade e separação sujeito-objeto na manutenção do *status quo* da desigualdade racial na teoria e prática clínica psicanalítica ou, ainda, no âmbito da psicologia.

Palavras-chave: relações raciais; psicanálise; psicologia; discurso; resistência.

Abstract: The article aims to discuss aspects of works by four black Brazilian women authors. Authors to psychoanalysis and psychology. Lélia Gonzales, Neuza Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira, and Maria Aparecida Silva Bento, in dialogue with psychoanalytic theory, produced analyses of Black and White subjectivities, considering the structurally racist context of the Brazilian society. Their work calls on Brazilian psychoanalysis to wake up from the myth of racial democracy and listen to testimonies of racial violence in Brazil. Their work also shows the importance of discursive productions in the constitution of the Brazilian culture, relations of racial domination and exploitation, and ways of living, feeling, and acting. As a method, the notions of ideology, resistance, and conditions of discourse production were utilized to address the theoretical constructions of the authors and analyze their effects in the field of psychoanalysis, as well as their fundamental role in confronting racism and epistemicide within the scope of Brazilian psychology. The results show that the work of these authors highlights, among other things, the importance of their implications based on the place they occupy/occupied, producing resistance to the (non)place reserved for black people in psychoanalytic theory, and placing their life experiences as the driving force behind an academic production that constructs other meanings where there was, the myth of racial democracy, or silencing. The conclusions point to the role of the discourse of neutrality and subject-object separation in maintaining the status quo of racial inequality in psychoanalytic theory, clinical practice, and the Psychology field.

Keywords: racial relations; psychoanalysis; psychology; discourse; resistance.

1 Introdução: relações raciais, psicanálise e psicologia clínica

Há tempos a violência produzida e inscrita no social e no cultural é tema da psicanálise e das ciências humanas. Contudo, há uma violência que escapou por muito tempo à teoria psicanalítica, bem como a outras abordagens da clínica em psicologia: a violência racial. Evidência disso são os questionamentos às práticas no campo dos saberes psicológicos e ao estudo das subjetividades, que têm sido interpelados por reivindicações colocadas em pauta por pessoas, coletivos, movimentos negros (Lima, 2020). Contemporaneamente, temos notícia do que isso significa na prática clínica, com demandas de escuta que apontam para a insuficiência dos pressupostos hegemônicos de sustentação teórico-prática e modelos epistemo-metodológicos do campo psi (Amaro; Mattos, 2022). Tais modelos e pressupostos são vinculados ao projeto iluminista e à razão ocidental, que fundamenta inúmeras de nossas práticas sociais, sendo, porém, “incapazes de pensar sua própria violência” (Lima, 2020, p. 86). A dialética do Iluminismo como motor de um tipo de progresso/desenvolvimento técnico-científico, bem como de barbárie nas relações humanas e com a natureza (Selligman-Silva, 2022), tem papel crucial na construção da ideia de supremacia branca e da inscrição da violência racial em nosso território, por exemplo, como a invasão do continente americano por europeus para a instituição de colônias e exploração da terra e dos povos originários que aqui habitavam, que se estendeu a povos africanos.

O trauma colonial, enquanto trauma, carrega um caráter indizível, mas que foi (e, muitas vezes, permanece) omitido em sua realidade traumática (Lima, 2020). É nessa dimensão do indizível, do “furo na linguagem”, que o testemunho se coloca, implicando um “falar urgente, para não esquecer e para não deixar os outros esquecerem” (Mariani, 2016). Reconhecer a dimensão de violência e desumanização do racismo, implica reconhecer que a experiência de negras e negros frente a ele pode ser a do horror, do indizível, sobre o qual, todavia, o sujeito sente-se impelido a narrar, em busca de transmitir o que viveu.

Neste artigo,¹ analisamos alguns aspectos de obras de quatro autoras negras brasileiras, fundamentais para os campos psicanalítico e da psicologia clínica, especialmente, no que tange a articulações entre relações raciais e subjetividades. São elas: a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza, a psicóloga e psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, a psicóloga com atuação no campo das organizações Maria Aparecida da Silva Bento e a historiadora, filósofa e cientista social Lélia Gonzalez. Todas dialogaram com a psicanálise nas suas produções. Dialogaram, também, com autorias que se debruçaram sobre o racismo. Lançaram mão da própria experiência no mundo como mulheres negras. Suas obras e atuações se somam e fortalecem o caminho para a emergência contemporânea de espaços de cuidado onde a violência racial seja reconhecida e, portanto, passível de acolhimento. Propomos uma análise discursiva dos principais conceitos psicanalíticos acionados nas obras dessas quatro autoras, conside-

¹ O presente artigo foi produzido no contexto de uma pesquisa de doutorado que tem como objetivo geral analisar o discurso de profissionais de psicologia sobre relações raciais em suas atuações clínicas cotidianas. No momento da submissão do artigo, a pesquisa encontra-se em andamento, sendo desenvolvida pela primeira autora e orientada pela segunda autora, respectivamente. Nesta pesquisa, discutimos a temática das relações raciais a partir das dinâmicas do racismo anti-negro no âmbito da psicologia clínica e social no Brasil.

rando suas contribuições para o estudo das relações raciais em interlocução com a psicanálise, mapeando tensionamentos e potencialidades no encontro desses dois campos.

O chamado campo dos saberes psicológicos – ou campo psi – é constituído pela psicologia, psiquiatria e psicanálise (Martins, 2022) sendo, em outras palavras, composto pelo “conjunto de disciplinas que estudam os fatores psíquicos, à luz de uma concepção científica, assim como suas relações estreitas com a descrição das categorias de normal e patológico” (Schucman, Martins, 2017, p. 174). O campo psi é marcado por profundas diferenciações entre matrizes teóricas fundantes, correntes e campos de atuação que o compõem. O mesmo ocorre com a própria psicologia, mesmo em correntes e práticas reunidas sob a designação de psicologia clínica. Temos uma multiplicidade de pressupostos acerca do que seria o objeto da psicologia, das suas finalidades e formas válidas de produção de conhecimentos (Figueiredo, 2011). Isso significa que a psicologia não constitui uma única comunidade, sendo habitada por várias, mesmo dentro de uma mesma abordagem como, por exemplo, de profissionais com formação em psicologia que atuam no campo clínico a partir de uma perspectiva psicanalítica. A despeito das multiplicidades, a psicanálise tem, ainda hoje, grande relevância no campo dos saberes psi. No último Censo de profissionais de psicologia publicado em 2022, por exemplo, a psicanálise foi o referencial teórico com o qual maior percentual de profissionais participantes, 20,2%, sinalizou atuar, enquanto o segundo (humanista) foi citado por 14,9% de participantes (Oliveira *et al.*, 2022).

Farias (2022) toma a psicanálise como uma das matrizes do pensamento psicológico que buscou “entender o sofrimento do homem burguês” (p. 69), cotejando o mundo interno e externo. E entende que, enquanto disciplina e produção teórica, a psicanálise propôs, desde suas origens, uma análise, teorização e discussão que incluía sujeito e sociedade, a despeito de toda a construção teórico-prática voltada à uma clínica do sujeito, cuja atuação nasceu voltada para o indivíduo. Neste sentido, Selligman-Silva (2022) chama a atenção para a articulação da teoria freudiana ao período que levaria à Segunda Guerra Mundial: a “história cultural torna-se aos olhos de Freud, no limiar do genocídio judaico, uma história de sobrevivências” (p. 167), sendo Freud um homem que nasceu em uma família judia e viveu em Viena até quase oitenta anos, quando precisou se mudar para Londres, a fim de escapar, às pressas, da perseguição nazista.

Bem como Selligman-Silva (2022), Farias (2022) cita textos clássicos de Freud que demonstram essa direção de articulação teórica entre sujeito e sociedade, como: Psicopatologia da vida cotidiana em que Freud deslocou a noção de patológico de um fenômeno desviante para algo corriqueiro, recorrente; Totem e tabu em que Freud se discutiu a “produção antropológica de seu tempo” e Psicologia de grupo e análise do eu em que Freud “é categórico na afirmação de uma determinação social da subjetividade” (Farias, 2022, p.69). Farias (2022) delinea o contexto em que Freud conduziu seus estudos e práticas e produziu seus escritos, a saber: em uma Viena onde forma e conteúdo se desencontravam na sociedade. Um período histórico em que “a burguesia de verve vitoriana, formal, assentada em valores mais rígidos e numa performance cidadina, que incluía uma certa indumentária, gostos e costumes culturais bem estabelecidos, mas que contrastavam os sentimentos, afetos e sentidos pelo indivíduo” (Farias, 2022, p. 69).

Freud produziu sobre um sujeito encarnado em seu tempo-espço, buscando articular, em sua teoria, os atravessamentos entre indivíduo e aquela sociedade em que estava inserido. E, por que não dizer, Freud produziu uma teoria voltada a um sujeito correlato ao lugar

que ocupava enquanto médico naquela formação social. Lugar de trânsito entre pessoas da burguesia e da classe média vienense, contexto geográfica, política, econômica e culturalmente inserido na Europa do século XIX para XX.

As autoras cujas obras discutimos neste artigo produziram análises sobre subjetividades negras e brancas, considerando o contexto estruturalmente racista da sociedade brasileira. Seus trabalhos mostram a relevância do discurso na produção da nossa cultura, nas relações de dominação e exploração, bem como nos modos de viver, sentir e agir. Tomaram a teoria psicanalítica como uma ferramenta para pensar a realidade e a prática clínica no contexto brasileiro, a partir do lugar ocupado nessa formação social. Ao pautarem o processo histórico da escravidão e a subsequente constituição de uma nação capitalista perpetuadora da demarcação de lugares sociais (econômicos, políticos e simbólicos), produziram fissuras no discurso psicanalítico, possibilitando a entrada do sujeito negro em um contexto clínico que não o considerava como sujeito de enunciação ou de cuidado. Isso se dava na produção de teorias sobre um psiquismo que, quando não tomado como baseado em uma relação a três supostamente sem cara (mas que carrega a cara da sociedade burguesa e pequeno-burguesa europeia), excluía da cultura (seu material de formação e operação) características centrais dela própria, como o racismo que a estrutura.

2 Discurso, ideologia e deslocamentos

De tempos em tempos, a psicanálise sofre ataques acerca de seu caráter ideológico e, portanto não científico, ou pseudocientífico. Trazemos à baila esse fato não por adesão à direção desse tipo de ataque, frequentemente perpetrados por defensores de uma suposta aplicação neutra e objetiva dos métodos das ciências naturais às questões e objetos das ciências humanas. Interessa-nos o debate (tão antigo quanto a história ocidental das ciências) em torno da impossibilidade de se viver no campo social sem sofrer atravessamentos por suas questões estruturais. Neste sentido, a crítica se faz em torno da necessidade versus viabilidade de que psicanalistas (e profissionais de psicologia que atuam na clínica, a depender da abordagem) suprimam completamente suas afetações pessoais, para fins da atuação quer na pesquisa, quer na prática clínica. Trabalhando com o arcabouço da análise do discurso pecheutiana, entendemos que “não existe discurso ingênuo do ponto de vista ideológico, mesmo quando se trata do discurso científico” (Cesário, Almeida, 2010, p. 6). Posto que o discurso é lugar de contato entre a língua e a ideologia. Lugar em que a autonomia da língua é sempre relativa, dado seu condicionamento pela realidade histórica (Orlandi, 2007b). Desta perspectiva, evidenciamos a trama discursiva que atravessa o lugar social ocupado pelas autoras analisadas, suas produções acadêmicas e militâncias contra o racismo no Brasil. Portanto, é “em relação à ideologia e à determinação histórica” (Orlandi, 2007, p. 16) que trabalharemos as relações raciais neste texto. Assim, ao tomarmos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, tal como propunha Pêcheux (Orlandi, 2007b), temos a compreensão de que não há produção humana de sentidos fora do discurso, ou seja, fora da relação com a história em seus longínquos e recentes tempos, no encontro com a língua.

A noção de ideologia pode ser entendida como um componente das sociedades, que tem como função produzir a coesão dos indivíduos e adaptação destes a seus papéis sociais, assegurando relações de dominação e exploração entre classes sociais, e que permeia vivên-

cias subjetivas (Harnecker, 1983). Assim, vale ressaltar, que a formação social na qual os sujeitos estão inseridos e na qual são representados abrange diversas relações para além das relações de produção (Purinelli, 2020). Para Harnecker (1983), o que os nos possibilita caracterizar representações, imagens e ideias como ideologia é o modo com que tais elementos se combinam e estabelecem relação com a estrutura social, dando-lhes sentido, determinando-lhes uma função social e significado (Harnecker, 1983). Discursivamente, os processos ideológicos produzem o efeito de natural, de evidência e, ancorados sobre o já-dito, dão a impressão de sentido único e verdadeiro (Orlandi, 2007b).

Nossa leitura enfatiza as dinâmicas sociais nas quais as autoras em destaque, afirmando-se negras, produzem deslocamentos no discurso na psicanálise brasileira. No terreno do discurso, sujeitos produzem sentidos múltiplos, em suas relações com as ideologias, com seu contexto imediato, como movimentos socio-históricos e com a memória discursiva (Orlandi, 2007a). Assim, elegemos alguns aspectos e conceitos de suas obras que, além de ensinarem sobre os impactos subjetivos do racismo, em uma perspectiva discursiva, dão a ver deslocamentos no discurso da psicanálise e da psicologia brasileira enquanto práticas sociais. É neste contexto que destacamos as ideologias raciais construídas desde o início da modernidade ocidental da Europa mercantilista e consolidadas em solo brasileiro: o racismo científico; o mito da democracia racial; a ideologia do branqueamento. Ideologias que atuam de forma particular no país e que foram pensadas pelas quatro autoras em tela.

Ao mapearmos as dinâmicas de afirmação da identidade negra, das identificações com diferentes campos do viver e do dizer e as dinâmicas identitárias da branquitude na academia, permeadas por ideologias que constroem e movem práticas discursivas, entendemos que o dizer atua, muitas vezes, como “ato que domestica o significar” (Indursky, 2013), servindo “à asserção, à unificação do sentido e à unicidade do sujeito” (Orlandi, 2007b). Por outro lado, como nos lembra Indursky (2013), as formas de repetibilidade podem levar a deslizamentos que ressignificam o sentido que está sendo retomado. Deste modo, o sujeito do discurso pode contra-identificar-se com aquilo que o movia e condicionava, mudando sua posição-sujeito, ainda que restem elementos de identificação com o mesmo domínio de saber. Outras vezes, as repetições podem conduzir o sujeito do discurso à desidentificação com determinada formação discursiva, colocando o sentido do discurso à deriva, produzindo formas antagônicas à formulação-origem. Desta forma, produz-se resistência: repetindo “de modo errado, produzindo um desvio daquele sentido que todo mundo sabe” (Indursky, 2013, p. 99). Assim, as autoras negras cujo legado discutiremos, ainda que caminhando com/pela psicanálise, acionaram outras possibilidades do dizer acerca do corpo, da produção de subjetividades e das dinâmicas sociais e intersubjetivas em uma sociedade estruturalmente racista. O fizeram a despeito de terem vivido uma psicanálise cujo sujeito é construído à imagem e semelhança do seu modelo (europeizado) e na qual a função de analista é tida como capaz de neutralizar, tornar absolutamente sem importância os marcadores sociais da diferença na clínica.

Nada na produção dessas quatro autoras é um fenômeno isolado. Reconhecer sua relevância e os impactos de suas obras não exclui a compreensão de que a história envolve o discurso e se manifesta nos textos, não devendo ser entendida como pura exterioridade ou mera contextualização (Cesário; Almeida, 2010). Portanto, também buscamos nos ater às condições de produção do discurso (Orlandi, 2007b; Cesário; Almeida, 2010) das autoras, traçando vinculações, acontecimentos contíguos a suas escritas ou dispersos no tempo, no domínio da memória. Discursivamente, o domínio da memória é o interdiscurso: “conjunto

do dizível histórica e linguisticamente definido”, constituído por “enunciações distintas e dispersas”, vozes anônimas (Orlandi, 2007b, p.87-88). É a memória discursiva, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (Orlandi, 2007a, p.31). Domínio onde existem já-ditos que sustentam cada palavra tomada em uma formulação, nela produzindo efeitos de sentidos, a partir da confluência entre formulações atuais com a memória (Orlandi, 2007a).

Tendo em vista que os sentidos se desenvolvem, também, por meio da matéria silêncio (Orlandi, 2007b), foi possível observar a força do silêncio do campo psi acerca do racismo na leitura das autoras. Como afirma (Orlandi, 2007b), só se pode observar o silêncio por meio de seus efeitos, ou por meio de seus processos de significação no texto, na história, nas relações e contradições sociais. Procuramos analisar também os silêncios neste artigo, ao lado das produções das quatro autoras negras brasileiras.

3 Linguagem, cultura e resistência

Diferentes aspectos do processo socio-histórico brasileiro fizeram com que as culturas africanas se transformassem em cultura de resistência em nosso país. Essa é uma constatação de Clóvis Moura (2014), em capítulo que discorre sobre as relações entre a “Linguagem e dinamismo cultural do negro”, condicionados desde as contradições da sociedade escravista. O autor debate diversos fatores culturais que, no contexto do escravismo brasileiro, possibilitaram a resistência social dos povos negros escravizados. Moura (2014) mostrou que os temas da comunicação e da expressão têm importância ímpar no contexto colonial-escravista. O “cotidiano do escravo caracterizava-se ou pelo silêncio frente ao senhor, ou o falar consentido e muitas vezes compulsório. Havia um código de linguagem ao qual o escravo tinha de obedecer sob pena de punição” (Moura, 2014, p. 270). O autor analisa diversos elementos da cena colonial que mostram como, naquele cotidiano, a presença do senhor de escravos e seus representantes (membros da família e capitães do mato) produzia um controle totalizante da linguagem das pessoas escravizadas. As possibilidades de comunicação dos escravizados com a classe dominante senhorial, ou em sua presença, oscilavam entre o silenciamento e a fala contida, abafando e modulando para baixo, inclusive, o próprio movimento do corpo e suas expressões.

Desde o amanhecer, a sua linguagem era programada: inicialmente repetir, sem entender o seu significado simbólico, as palavras da missa e da oração matinal. Depois, o eito e o diálogo com o feitor: era o diálogo de uma só via, no qual um dos polos era sujeito e o outro objeto. Diálogo de uma só voz ativa, no qual o escravo era simples receptor e o feitor o transmissor. A hierarquia escravagista exigia do escravo uma contenção verbal compulsória que, certamente deveria criar bloqueios psicológicos e ansiedades permanentes pois o esquecimento de um preceito qualquer ou de norma de comportamento à qual estava submetido o seu falar com o senhor, ou seu preposto, podia causar-lhe diversos tipos de punição (Moura, 2014, p. 264).

Havia um código de linguagem e conduta cuja extrapolação poderia ser considerada rebeldia ou negligência. Nestes casos, bofetadas, açoites, espancamentos e outros suplícios, ou mesmo a morte, poderiam estar entre as punições decorrentes, a depender da interpretação da gravidade associada à conduta vista como afrontosa. As descrições apresentadas por Moura (2014) demonstram como os povos negros escravizados foram submetidos a verdadeiros rituais de subalternização: “Como esquecer de tomar a bênção em voz alta? Ou de não erguer a voz acima do permitido? Ou não dar o tratamento adequado a cada um com quem ele interlocutava, como a esposa do senhor, filhos, filhas, o senhor ou o vigário do engenho ou da fazenda?” (p. 264). Subalternização que buscava mutilar sua verbalização, de modo que esta

não podia exprimir seu pensamento, sendo-lhe vedada qualquer menção de crítica à realidade ou que contrariasse o código de comportamento que lhe era imposto. Mecanismos inibidores que incidiam sobre a linguagem, produziam não somente contradições com o pensamento, mas tensões e ansiedades no viver cotidiano dos povos africanos escravizados (Moura, 2014).

Contudo, como afirma Orlandi (2007b), “à retórica da opressão – que se exerce pelo silenciamento de certos sentidos – responde a retórica da resistência, fazendo esse silêncio significar de outros modos” (p. 85). Assim, é crucial, ressaltar que, por parte das pessoas escravizadas – enquanto humanos de fato, embora não reconhecidos como tal – havia diversas estratégias de reação, mecanismos de resistência ao violento sistema de dominação. Observam-se exemplos de resistência quer na criação do “idioma das senzalas” (p. 241), que viabilizou a comunicação necessária para a organização social e política de escravizados pertencentes a diferentes povos, quer na preservação de elementos e manifestações das próprias religiões por meio de táticas ambivalentes, aparentando um suposto sucesso da cristianização. Movimentos que surgiram “inicialmente como elementos de resistência cultural, desdobrando-se, depois historicamente em patamares de apoio à resistência social” (Moura, 2014, p. 242). Reconhecendo a si próprios enquanto sujeitos-interlocutores, as pessoas negras escravizadas criaram, assim, espaços nos quais falavam por si, entre si, e alargavam suas possibilidades do dizer para além do imposto pela interdição senhorial.

Como afirmado por Moura (2014, p.251), “o monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber, é também o monopólio do poder”. O autor referia-se a uma luta “ideológico-cultural” de expressão dialética, na qual forças de aculturação, no caso, de influência branqueadora, encontram e friccionam a resistência inicialmente cultural e, posteriormente, social da população negra. Não de forma unívoca ou purista, mas em fenômenos e processos marcados por essas forças, em permanente movimento, produção e contradição, aberta ou velada. Após a escravidão, os valores culturais afro-brasileiros seguiram e seguem sendo utilizados como instrumentos de resistência, em especial, para os grupos que se organizaram em torno de atividades de grupos negros, que envolvem pautas da população negra (Moura, 2014). É possível visualizar tanto as contradições raciais quanto valores culturais afro-brasileiros como resistência social no âmbito artístico, político, acadêmico. Em movimentos por legitimidade de pautas e questões, produção de discursos sobre si e contra aqueles forjados pelo olhar homogeneizante do outro. Como nos mostra Moura (2014), isso não se dá sem conflitos, tanto interna quanto, em especial, externamente aos coletivos negros.

4 Psicanálise e relações raciais: dinâmicas discursivas

Dialogando com o referencial psicanalítico e tensionando o discurso do campo psi, as obras de Lélia Gonzalez (*1935 - †1994), Neuza Santos Souza (*1951-†2008), Isildinha Baptista Nogueira (*1954) e Maria Aparecida Silva Bento (*1952) colocaram em debate as relações raciais e a produção de subjetividades racializadas na sociedade brasileira. Nesta seção analisaremos conceitos-chave da psicanálise acionados por estas quatro autoras, a fim de evidenciar os sentidos que suas presenças e obras foram produzindo com o passar do tempo na psicanálise e psicologia, na academia, na luta pela saúde da população negra. Nesta análise, emergem significações do silêncio acerca das relações étnico-raciais no Brasil que imperava no campo psi.

4.1. Lélia Gonzales: retomando a necessária articulação da teoria psicanalítica ao contexto socio-histórico

O espólio que nos deixa Lélia Gonzales, autora mineira de Belo Horizonte, é vasto e abrange diferentes gêneros textuais como ensaios, entrevistas, discursos, participações em debates. No correr de duas décadas, a partir de 1975, Gonzales trabalhou temáticas diversas, mas correlatas, como a luta pela democracia no Brasil e outros países da América Latina e Caribe, a independência dos países africanos, a emancipação e igualdade racial e de gênero em todos estes territórios (Rios; Lima, 2020). A título de ilustração, trazemos breves exemplos do mapeamento realizado por Rios e Lima (2020), organizadoras da coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano*. Como expuseram, Lélia Gonzales dialogou enfática e criticamente com uma geração de sociólogos brasileiros, então, reconhecidos como intérpretes do Brasil. Mas, também acompanhou o trabalho sociólogos da escola paulista de sociologia dedicados a compreender as relações raciais brasileiras e o capitalismo no Brasil e América Latina. Nesta direção, dialogou em seus textos com autores sociólogos brancos como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Sociólogos estes, intelectuais branco. Tendo visitado o continente africano em diferentes momentos, a autora dialogava com o anticolonialismo, a partir de referências como Amílcar Cabral (de Guiné Bissau) e seus escritos revolucionários, Cheikh Anta Diop (do Senegal) e seus conhecimentos sobre as civilizações africanas e Filomina Chioma Steady (de Serra Leoa) e seus estudos sobre gênero na África Ocidental. No que tange ao gênero, Gonzales também dialogou com o pensamento feminista latino-americano e caribenho, não somente a partir de referências a intelectuais, mas, aos movimentos sociais de mulheres camponesas, indígenas e negras. Assim como conversou como o feminismo europeu do pós-segunda guerra. Ideias pan-africanistas também estão na matriz do pensamento e militância de Lélia Gonzales, como as do brasileiro Abdias do Nascimento e do guianense Walter Rodney. Com a obra de intelectuais e militantes negros caribenhos como Aimé Césaire e Frantz Fanon, Gonzales também dialogou profundamente, identificada com o pensamento da negritude e tocada por questões relativas às formas de subjetivação em processos de dominação (Rios; Lima, 2020).

Assim como a envergadura de suas interlocuções e influências, o arco temporal da produção textual de Gonzales é extenso, bem como sua atuação política nos movimentos sociais, tendo sido, inclusive, candidata a deputada em duas ocasiões (1982 e 1986). Lélia viveu tempos de ebulições sociais, com importantes acontecimentos em relação a dinâmicas raciais no Brasil e no mundo: a fundação do Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro (1944); a primeira eleição com voto feminino no Brasil (1945); a promulgação da Lei nº 1.390 (Afonso Arinos), que tipificou a discriminação racial como contravenção no Brasil (1951); a emblemática recusa de Rosa Parks (1955) e a fundação do Partido dos Panteras Negras (1966), ambos nos EUA; os assassinatos de Malcolm X e Martin Luther King, também nos EUA (1965 e 1968, respectivamente); a fundação do Bloco Afro Ilê Aiyê, na Bahia; a campanha iniciada em 1983 pelas eleições diretas no Brasil, ainda sob a ditadura militar; o centenário da abolição da escravidão no Brasil e promulgação da Constituição Federal hoje vigente (1988). Gonzales participou do ato inaugural do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial - MUCDR, em São Paulo (1978), entre tantos outros atos, seminários e congressos nos quais fez intervenções, esteve presente. Seu primeiro ensaio, – “Cultura, etni-

cidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” – foi publicado em 1979, e soma-se a inúmeras outras produções que emergiram no correr de sua vida, em diferentes canais e línguas (Rios; Lima, 2020). Neste artigo, nos detivemos a ele e aos textos: “Por um feminismo afro-latino-americano” [1983] ; “A categoria político-cultural de amefricanidade” [1988] ; “Racismo e sexismo na cultura brasileira” [1983].

Assim como Clóvis Moura – que viveu e produziu contemporaneamente à autora, sendo, também, uma de suas referências –, Lélia Gonzalez defendia uma abordagem dialetizada das relações raciais, para análises mais objetivas das suas dinâmicas e consequências sociais (Rios; Lima, 2020). Sem individualizar o racismo, a autora voltou-se para seus impactos na sociedade, fazendo ver que seus efeitos abarcam tanto sujeitos oprimidos quanto aqueles que exercem a opressão (Gonzalez, 2020). Oliveira (2024) nos oferece uma boa compreensão do que seria essa abordagem dialetizada ao explicar que agência e estrutura precisam ser entendidas e analisadas de forma associada, concebendo “ambas como processo reciprocamente determinado na configuração da realidade, apreendendo, assim, contradições e conflitos como orientadores” (p. 9) para os estudos em curso. Desse modo, dedicou esforços para destrinchar mecanismos que, junto à economia, limitam e condicionam comportamentos, perspectivas de mundo e modos de vida, a saber: instâncias políticas e ideológicas.

Tomando o racismo em sua dimensão ideológica, que comporta um conjunto de práticas, Gonzalez (2020, p. 28) enfatizava o processo de reforço e perpetuação pelo qual o racismo passou no pós-abolição, na medida em que traz benefícios para as classes dominantes na sociedade capitalista instituída na esteira do escravismo. Gonzalez debateu incansavelmente os caminhos estruturais pelos quais o modo de produção capitalista estabeleceu uma divisão racial do trabalho (não só no Brasil, mas nas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas), determinando as posições das populações brancas e não brancas na estrutura de classes. Bem como contradições raciais no interior da classe trabalhadora, redundando em recompensas materiais e simbólicas para a classe trabalhadora branca em detrimento da superexploração e marginalização do negro, amalgamada pela a ideologia racial brasileira. Neste sentido, escapando de uma perspectiva economicista, as subjetividades negras e brancas aparecem e são abordadas explicitamente e em relação, na obra desta autora.

Assim, nos textos de Lélia Gonzales, comparece o arcabouço marxista. Mas, a ancoragem no pensamento da negritude, no pan-africanismo e nos estudos das resistências, por exemplo, dava à autora outras matrizes discursivas que figuravam em sua produção, ao lado da influência de uma corrente de pensamento europeia. Suas influências enraizadas nas vivências e conhecimentos adquiridos sobre raça e gênero, na busca por emancipação enquanto mulher negra, trouxeram originalidade e a envergadura crítica para sua leitura das correntes europeias que a influenciavam, alcançando sentidos – antirracistas – frequentemente rechaçados por correntes marxistas hegemônicas. Esse embate foi, frequentemente, apontado e problematizado pela autora:

Vale a pena notar que mesmo as esquerdas absorveram a tese da “democracia racial”, na medida em que suas análises sobre nossa realidade social nunca vislumbraram alguma coisa além das contradições de classe. Metodologicamente mecanicistas (porque eurocêtricas), elas acabaram se tornando cúmplices de uma dominação que pretendiam combater (Gonzales, 2020, p. 144).

Com a psicanálise, campo com o qual a autora dialogou, ocorreu o mesmo movimento discursivo, no deslocamento produzido por ela em um discurso que aliava bases psicanalíticas às matrizes da negritude, do anticolonialismo e da resistência negra. Assim, ao abordar as especificidades da ideologia racial brasileira, Lélia Gonzalez se utilizou do arsenal psicanalítico para, com ele, desenhar os meandros das relações raciais em nosso país, inclusive no que tange a psicodinâmicas coletivas e de grupos étnico-raciais. A partir da noção freudiana de denegação, por exemplo, a autora aponta como o chamado racismo “à brasileira” volta-se contra aqueles que são a prova da amefricanidade constitutiva da nossa sociedade, “marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano” (Gonzalez, 2020, p. 129). A denegação, vale ressaltar, envolve mecanismos inconscientes por meio dos quais os sujeitos, mesmo que formulando desejos ou pensamentos recalcados, o fazem negando que estes lhe pertençam. Conforme a autora (e na mesma direção de Clóvis Moura), diante do racismo por denegação, a força do cultural se apresenta como resistência.

Na caracterização do que designou como neurose cultural brasileira, a autora mobiliza a teoria psicanalítica em sua dinâmica entre consciência e memória, na construção dos discursos. Dinâmica na qual o discurso ideológico se faz presente, atuando sobre a consciência que exclui, rejeita o que a memória tenta incluir, colocar em cena. Enquanto a consciência se expressa como discurso dominante, ou como efeito desse discurso, apagando a memória e impondo o que ela própria afirma como verdade, a memória fala através das brechas, dos equívocos do discurso (Gonzalez, 2020). A autora afirma que o racismo é a sintomática da neurose cultural brasileira e, nessa direção, investiga o que o mito da democracia racial oculta, para além do que revela. Analisando essa dinâmica, coloca em evidência os efeitos que a articulação do racismo com o sexismo produz sobre mulheres negras, em particular. Mais uma vez, sem individualizar a leitura das relações raciais, sua abordagem buscava as contradições sociais. Assim, ao discutir, por exemplo, o duplo lugar da “mulata” e da “doméstica” ocupados, ainda que no imaginário, por mulheres negras, fazia ver, também, o desejo, a sexualidade, a agressividade e a culpabilidade dos homens brancos nas relações sociais com mulheres negras.

Gonzalez (2020) destrinchou, ainda, mecanismos envolvidos na ideologia do branqueamento. Em sua análise, enfatiza as sociedades ibéricas e sua formação social rigidamente estruturada e a crença de que as classificações e os valores do ocidente branco são os únicos verdadeiros, como elementos fundamentais na construção da lógica de branqueamento no Brasil.

Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 131-132).

Gonzalez (2020) também observa, do ponto de vista discursivo, a hierarquia racial que opõe a suposta superioridade branca ocidental à suposta inferioridade negro-africana. Discutindo a língua, por meio da criação da categoria de amefricanidade² e do conceito de pre-

² Lélia Gonzalez dialoga intensamente com ideias desenvolvidas por MD Magno sobre a América Africana, sobretudo no livro que referencia diversas vezes: MAGNO, M. D. *América Ladina: introdução a uma abertura*. Rio de Janeiro: Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, 1981. A autora trabalhou sobre estas reflexões em diversos textos, como: Lélia Gonzalez, “Racismo e sexismo na cultura brasileira”; “Por un feminismo afrolatinoamericano”;

tuguês, colocou a própria língua falada em nosso território em questão, expondo elementos africanos nela presentes, que o esquecimento ativo de toda a história de humilhação, exploração, violência e etnocídio pretende apagar da memória: “Toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade” (Gonzalez, 2020, p. 136).

Destacamos como, ao utilizar sua experiência em seus ensaios e análises, Gonzalez produziu deslocamentos no discurso e na epistemologia, tanto das ciências sociais quanto da psicanálise brasileira. Falando em primeira pessoa do singular, reivindicava a primeira pessoa do plural, posicionando-se como ameríndias e amefricanas, junto a esta coletividade. Assim, seu posicionamento rompia o distanciamento sujeito-objeto e a ideia de neutralidade, classicamente vistos como condição para a produção de conhecimento nas ciências sociais e na psicanálise. Além de criticar o viés eurocêntrico do feminismo ocidental, como apontam Rios e Lima (2020).

Quando falo de experiência, quero dizer um processo de aprendizado difícil na busca de minha identidade como mulher negra dentro de uma sociedade que me oprime e me discrimina justamente por isso. Mas uma questão de ordem ético-política prevalece imediatamente. Não posso falar na primeira pessoa do singular de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me às ameríndias e amefricanas, subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade (Gonzalez, 2020, p.140).

Gonzalez (2020) não somente tece uma teoria sobre a cultura negra como resistência, mas a vive em diferentes práticas sociais e expressa na materialidade de seu próprio texto marcas dessa cultura. Muitas vezes, conta histórias para apontar já-ditos racistas que a sociedade brasileira busca ativamente apagar da memória, denegar, ao mesmo tempo em que os mantêm em prática no funcionamento das instituições, nas relações sociais e intersubjetivas. Gonzales aciona regiões do interdiscurso de onde ressoam já-ditos de povos negros, latinos, originários das Américas, filiações que aparecem em seu discurso bem ao lado dos dizeres psicanalíticos, originados e sustentados por outros grupos. Como afirma Faustino (2023, p. 2522): “Sem os quilombos, o movimento negro, as ideologias pan-africanas ou de negritude, nós sequer estaríamos falando desse tema e, talvez, esse grupo social já teria se diluído completamente”. Gonzalez (2020) afirma-se mulher negra, amefricana, produzindo conhecimento a partir deste lugar social: “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (p. 76). Ativamente recusando o lugar de infans – que reproduz em terceira pessoa aquilo que se diz a seu respeito (Gonzalez, 2020) – reivindica a necessidade básica de ser sujeito do próprio discurso e da própria história.

“Nanny: Pilar da amefricanidade”; “A Socio-Historic Study of South American Christianity: The Brazilian Case” Nas palavras de Gonzalez (2020, p. 78): “M. D. Magno tem um texto que impressionou a gente exatamente porque ele discute isso. Duvida da latinidade brasileira afirmando que esse barato chamado Brasil nada mais é do que uma América Africana”.

4.2. Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira: tornando visível o sujeito negro na psicanálise brasileira

Neusa Santos Souza, baiana de Cachoeira, cursou faculdade de medicina em Salvador e, posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde desenvolveu diversas atividades relacionadas à psicanálise em importantes grupos e instituições. Atuou na prática clínica, ensino, produção de conhecimento, publicações. Contemporânea a Lélia Gonzales, suas existências confluem para além da pele negra: nascidas com dezesseis anos de diferença, coexistiram em tempos de acontecimentos históricos marcantes. Neusa Santos Souza também estabeleceu relações com o movimento negro (Andrade; Souza, 2023). No livro *Lugar de Negro* (1982) de Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg, há uma menção à Neusa Santos Souza como companheira de MNU, junto à referência a sua dissertação de mestrado, intitulada *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, defendida em 1981 e publicada como livro no ano de 1983. Aqui, nos ateremos este texto da autora.

Com uma abordagem complexa e ao mesmo tempo didática, Neusa Santos Souza (1983) explica e mergulha na articulação da “ciência do inconsciente” com a “ciência da história” (Souza, 1983, p. 74). Habilidade conhecida da psicanálise, Souza (1983) não cedeu aos ares universalistas que o discurso psicanalítico adquiriu em sua disseminação e reprodução em solo brasileiro. Sabedora de que o Complexo de Édipo não se reduz a uma situação concreta no seio de uma família padrão, cuja influência é exercida por um casal parental modelar sobre a criança por eles criada, a autora explica o seu significado: um fenômeno que faz intervir uma instância interditória que barra o acesso à satisfação procurada, ligando o desejo à lei. Nesse ponto, Souza (1983) coloca sua hipótese sobre a particularidade de ser negro na sociedade brasileira:

o negro tem dificuldade de conquistar uma identidade egossintônica que o integre ao seu grupo de origem e que o instrumentalize para conquista da ascensão social. Numa sociedade de classes onde os lugares de poder e tomada de decisão são ocupados por brancos, o negro que pretende ascender lança mão de uma identidade calcada em emblemas brancos, na tentativa de ultrapassar os obstáculos advindos do fato de ser negro. Essa identidade é contraditória: ao tempo em que serve de aval para o ingresso nos lugares de prestígio e poder, o coloca em conflito com sua historicidade, dado que se vê obrigado a negar o passado, no que concerne à tradição e cultura negras, e o presente, no que tange à experiência da discriminação racial. (Souza, 1983, p. 74)

Assim, Souza (1983) coloca no centro das cenas de estruturação da personalidade, desde a primeira infância, os impactos da ideologia no agenciamento psíquico do sujeito negro. Tomando ideologia como um “sistema de representações, fortemente carregadas de afetos que se manifestam na subjetividade consciente como vivência, ideias ou imagens e no comportamento objetivo como atitudes, condutas e discursos” (p. 75), a autora mostrou teórica e empiricamente, no discurso de participantes de sua pesquisa de mestrado, como a ideologia se viabiliza através dos sujeitos. Em outras palavras, Souza (1983) evidenciou que o sujeito singular é sobredeterminado tanto pelas estruturas do modo de produção quanto pela estrutura edípica, de modo que as leis inconscientes inscritas em cada sujeito de forma muito singular servem, também, de suporte para uma instância ideológica que se inscreve

no terreno subjetivo. Deste modo, aspectos da vida compartilhada pela sociedade e/ou pela comunidade na qual a pessoa está inserida na infância adquirem força organizativa e coesiva para os grupos que a compõem: ainda que constituídos por biografias próprias às quais darão sentidos singulares, os sujeitos carregam valores, objetivos, crenças, mitos, cosmovisão sociais compartilhados que não são necessariamente aprendizados dos quais podem lançar e abrir mão a qualquer tempo, porque estão colocados para o sujeito sob a forma de lei inconsciente. Como afirmam Andrade, Souza (2023, p. 4) a respeito da “reorientação do debate” que a tese de Neusa Santos promoveu para a psicanálise e em relação à própria noção de ideologia: “não se trata de reproduzir o conceito de ideologia, tal como formulado por Althusser, mas de orientá-lo para a questão da raça, uma vez que, no contexto brasileiro, raça informa a própria compreensão de classe”.

Trabalhando fundamentos básicos psicanalíticos sobre a constituição do sujeito, Souza mostrou que a racialização se inscreve, também, na dimensão do inconsciente desde a infância, escrevendo sobre o narcisismo e o ideal do eu. Cuidadosamente, tanto Souza (1983) quanto Nogueira (2021) apontam a distinção entre ideal do eu e eu ideal. Na condição particular de ser uma pessoa negra em uma sociedade racista, o que Souza (1983) evidenciou com sua pesquisa foi a constituição de um ideal do eu branco, inscrito na psique de sujeitos negros em ascensão social. De acordo com ela, para o sujeito negro, a construção de um ideal de eu branco significa “a negação, o expurgo” das marcas que possam lhe associar a suas origens negras. A autora aponta a ideologia imposta pelo branco (Souza, 1983, p. 34) como ideal, modelo a ser atingido e realizado, sob pena de experimentar sentimentos de culpa ou inferioridade, quando o eu se distancia ou entra em conflito com sua dimensão inconsciente (ideal do eu) e, ainda, de satisfação, quando há uma convergência entre o modelo inconsciente e as realizações do eu.

Souza (1983) explica que o relacionamento entre eu e ideal do eu é vivido de forma tensa para todos os sujeitos (ao menos para aqueles que, segundo uma leitura psicanalítica, estiverem no campo da neurose e, acrescentamos, inseridos no modo de vida instaurado pela modernidade europeia e suas decorrências pelo mundo). Contudo, na particularidade de ser negro em uma sociedade racista, há um acréscimo de tensão e sofrimento na busca incessante de atingir um ideal inalcançável (Souza, 1983). Isto é, essa exigência inconsciente de realizar o ideal do eu produz tensões para brancos e não brancos socializados e viventes sob o modo de vida espelhado no eurocentrismo capitalista, pois fatalmente todos fracassam em atingir a perfeita identidade com um modelo narcísico ideal, inscrito no inconsciente desde a infância, e no qual há um modelo de plenitude e onipotência que se busca alcançar pela vida. Diante da impossibilidade de tornar-se branco sendo negro, táticas diversas possam ser tentadas – tentar ser sempre o melhor, buscar relacionamentos interracialis com pessoas brancas como substituto do ideal irrealizável etc. –fazendo aumentar esforços, vigilância, frustrações e sofrimentos. Como Souza (1983) explica, o negro nestas condições “se vê obrigado a negar o passado, no que concerne à tradição e cultura negras, e o presente, no que tange à experiência da discriminação racial” (Souza, 1983, p. 73).

Entre tantos outros trechos memoráveis, destacamos uma emblemática fala de Neusa Santos Souza neste livro:

A justificativa histórica deste trabalho se fundamenta na constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros e da absoluta ausência de um discurso, a esse nível, elaborado pelo negro, acerca de

si mesmo. A outra justificativa, presença insólita ou grande ausente dos trabalhos acadêmicos, é de caráter emocional. A descoberta de ser negra é mais que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal, depois do trabalho de se descortinar muitos véus). (Souza, 1983, p. 17).

Manejando o texto em terceira pessoa (uma das fórmulas da impessoalidade e neutralidade acadêmicas) – sua enunciação explícita o ‘eu’ e o ‘nós’ (negros e negras). A autora nos mostra o ambiente acadêmico/psicanalítico com o qual lidou: precário “de estudos sobre a vida emocional de negros”, rarefeito e vazio de discursos elaborados por sujeitos negros sobre o próprio grupo étnico-racial, especialmente do caráter emocional envolvido nas travessias da experiência em nossa sociedade, estruturalmente racista. E a autora segue:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. Aqui esta experiência é a matéria prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É ela que, articulada com experiências vividas por outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que – racional e emocionalmente – reivindicado como indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação (Souza, 1983, p. 17-18).

Aqui, enuncia, inicialmente, em terceira pessoa do singular (“Saber-se”). Descreve visceralmente uma experiência submetida do ser negra (“é ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas” ...). Afirma esta mesma experiência como parte fundamental dos processos de trabalho (“matéria prima”). No que poderia ter sido “um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito da ascensão social”, no qual sujeito e objeto se distanciam, conta ter vivido “um anseio apaixonado de produção de conhecimento”, identificando-se com seu objeto de pesquisa. Enquanto enunciadora, toma posição como negra junto a “outros negros e negras”. Ao final do trecho, enuncia em primeira pessoa do singular: é ela o sujeito (pesquisadora e negra) que reivindica a transmutação das experiências de negros e negras (articuladas a sua própria experiência) em um saber “indispensável para negros e brancos, num processo real de libertação”. Em seu discurso são todos sujeitos, independente do lugar pesquisadora ou objeto de pesquisa. Produção de conhecimento e emoção à flor da pele, lado a lado.

Quinze anos após a publicação da obra de Neusa Santos Souza, em 1998, Isildinha Baptista Nogueira defendeu, na Universidade de São Paulo, sua tese de doutorado, intitulada *Significações do corpo negro à época*, e recentemente publicada como o livro *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro* (2021). Na ocasião, muitos acontecimentos se desenrolavam na cena negra brasileira, como a aproximação de participantes do movimento negro a sindicatos e partidos, a movimentação pela inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares etc. Era final do período (1978-2000) tido como a terceira fase do movimento negro no Brasil (Domingues, 2007). Na academia, especialmente nas ciências humanas, muitos estudos sobre a situação da população negra na sociedade brasileira vinham denunciando e analisando o racismo na sociedade brasileira. Contudo, ainda eram poucas as produções que discutiam a base “submersa e invisível da estrutura do iceberg, onde se aloja o incons-

ciente” (Munanga, 2021, p. 24). Como afirma a psicóloga, psicanalista e militante negra Maria Lucia da Silva, na construção do campo da saúde da população negra, “a questão psicológica era marginal” (Silva, 2021, p.163). Assim, Isildinha Nogueira (2021, p. 98) sinalizava que queria “chamar atenção para aspectos da vivência psíquica dos negros que, em geral, não são levadas em conta nas abordagens sociológicas da condição de negro”. Aspectos que observou serem constitutivos da condição social e subjetiva em uma sociedade racista.

Vale a pena registrar que a nomeação completa da obra por Isildinha Nogueira ocorreu 23 anos após sua defesa. À época da escrita, o título “A cor do inconsciente” despertou críticas dos pares que entendiam que o inconsciente não teria cor. Este episódio, contado por ela e comentado por Kabenguele Munanga (2021) e Abrão Slavutzky (2021), também nos permite entrever a empreitada enfrentada por essas autoras. Estavam em ambientes onde a abertura à psicanálise estava dada, mas o fechamento a sua utilização para a construção de debates que envolviam relações raciais se faz sentir como na interdição ao título desejado pela autora.

Assim como Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira (2021) percorreu o Complexo de Édipo, a metáfora paterna e outros conceitos e processo fundamentais da psicanálise. Nogueira (2021) explicita a forma geral de estruturação do psiquismo e do sujeito: portador de uma dimensão inconsciente que é estruturada como linguagem, a partir da entrada do ser em relação. Ao abordar esse processo, Nogueira (2021) fala sobre os sujeitos, sobre as subjetividades na cultura ocidental: o sujeito é dividido e o inconsciente é estruturado como uma linguagem, na qual o significado de um processo relacional a três, de contornos biográficos, irá operar a partir da dinâmica entre significados, significantes e sentidos disponíveis naquele universo cultural. Em sua tese, a autora passa pela teoria psicanalítica acerca da constituição do sujeito e sua dinâmica psíquica, cujo discurso adquire ares gerais, universalistas, ao menos na leitura e prática de psicanalistas.

Com sua discussão sobre a imagem do corpo, Nogueira (2021) aponta que a racialização está inscrita na dimensão do inconsciente desde a infância, atravessando fundamentos básicos da constituição do sujeito. A autora explica que o estágio do espelho diz respeito ao processo de “aquisição da identidade por meio de uma imagem própria, que vem substituir um imaginário anterior em que a imagem de si (da criança) era inseparável da imagem da mãe” (p. 84). Ressaltamos que onde se diz mãe, deve-se ler função materna, corroborando a contribuição de Lacan no sentido de que todos esses processos se dão a partir da alteridade enquanto função que ocupam simbolicamente, o que deveria ser suficiente para que psicanalistas não atrelassem a representação do outro que cria com a figura da mãe biológica ou adotante, mulher, cisgênera etc. A identidade de que se trata neste momento é uma identidade singular, atrelada ao social pelos elementos necessariamente participantes da cultura, mas ainda bem distante de uma posição associada politicamente a um coletivo. De acordo com a autora, esse processo aborda uma experiência organizativa vivida pela criança até que adquira a imagem de seu corpo e do eu, que ocorre em paralelo ao Complexo de Édipo. Processo no qual a imagem de seu próprio corpo, gradualmente, permite a ela perceber-se como uma unidade, possibilita a ela reconhecer-se e, ainda, perceber a diferença entre um outro virtual (imagem do outro) e a realidade do outro.

A partir da obra da psicanalista Françoise Dolto, Nogueira (2021) diferencia, então, os as duas noções: “o esquema corporal indica a condição de representante da espécie do indivíduo, sendo comumente o mesmo para todos; já a imagem do corpo [...] é única a cada um, específica, está ligada ao sujeito, à sua história; é inconsciente e sustentada no narcisismo”

(p. 98). Portanto, a imagem do corpo se constitui na história do sujeito, envolvendo tanto a percepção de permanência de seu ser independentemente das mudanças pelas quais o corpo possa passar, quanto a tomada do próprio corpo como potente para a busca de realização dos desejos do sujeito. Envolve, ainda, as possibilidades de experimentar prazer ou desprazer na relação com o outro. E, embora tenha uma representação própria, originária, a imagem inconsciente do corpo está em permanente processo de atualização, conforme as aventuras e desventuras na busca pela realização do desejo do sujeito pela vida afora (Nogueira, 2021).

Em sua pesquisa de doutorado, Isildinha Baptista Nogueira (2021) investigou a particularidade do estágio do espelho na constituição do sujeito negro, considerando a identificação com a brancura, tendo em vista que ela (a brancura) é justamente o que está ausente, para o sujeito negro, em sua imagem especular. Tomando a pele negra como significante, isto é, as representações da condição de ser negro tanto para pessoas negras quanto para pessoas brancas, a autora analisou os sentidos aos quais esse significante (negro) se associa “nas redes simbólicas da formação social assim constituída” para realizar sua investigação. A tese de Nogueira (2021) nos mostra que o processo de construção da relação com o próprio corpo redonda na identidade do sujeito. A identidade, portanto, diz respeito ao sujeito habitante de um corpo que é próprio, pessoal, único, com potências e impotências singulares, marcadas pelas relações primeiras, que podem ser reforçadas e contraditas pela vida, e que carregam, desde seus primeiros tempos, os significantes, significados e sentidos da cultura na qual esse sujeito se constitui.

Lembremo-nos aqui que, para além das marcas psíquicas na constituição do sujeito negro, as autoras em tela se debruçaram sobre questões concretas da vida da população negra, decorrentes da distribuição de riquezas em uma sociedade de classes, na qual os lugares subalternos foram e são destinados majoritariamente ao negros como herança do passado escravocrata. Deste modo, “acesso ao mundo” diz respeito também a direitos, serviços, condições de vida.

O ‘ser negro’ corresponde a uma categoria incluída num código social que se expressa dentro de um campo etnossemântico em que o significante “cor negra” encerra vários significados. O signo “negro” remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos. Não se trata, está claro, de significados explicitamente assumidos, mas de sentidos presentes, restos de um processo histórico-ideológico que persistem numa zona de associações possíveis e que podem, a qualquer momento, emergir de forma explícita. (Nogueira, 2021, p. 119-120).

Como psicanalista, a autora formula questões a partir do referencial teórico no qual se formou: “Se o que constitui o sujeito é o olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz como significante?” (Nogueira, 2021, p. 120) E conclui, assim como Neusa Santos Souza (1983), que o racismo produz especificidades no processo de subjetivação e sofrimento psíquico de pessoas negras no Brasil: “Resta ao sujeito negro, pra além de seus fantasmas inerentes ao ser humano, o desejo de recusar esse significante, que representa o significado que ele tenta negar, negando-se, dessa forma, a si mesmo, pela negação do próprio corpo” (Nogueira, p.120). Condições, também, específicas para a produção das pesquisas de ambas as autoras, que passam não somente pelo diálogo com construções teóricas de outros campos que não o estrita-

mente psicanalítico (ou da psicologia), como, por exemplo, a história da nação brasileira e o marxismo. Condições que se articulam à própria experiência de cada autora enquanto mulheres negras nesta formação social. Aliás, assim como Souza e Gonzales, Isildinha Nogueira (2021) também dialogou com Frantz Fanon em sua tese. São dizeres e práticas sociais de resistência que ressoam do interdiscurso, sustentando, também, suas produções, como o trecho abaixo permite observar:

Minha tentativa aqui foi de trazer uma contribuição de outra ordem para esse campo. Enquanto psicanalista, me propus explorar o modo como a realidade socio-histórica-cultural do racismo e da discriminação se inscreve na psique do negro. Isto é, debrucei-me sobre a questão de como se dá, para o negro esse processo de se constituir como sujeito, na medida em que é afetado desde sempre por tais sentidos. Enquanto psicanalista e, particularmente, enquanto negra, minha escuta sempre foi posta nesta direção. Parece que as estruturas de poder e dominação não são alheias às psicanálises praticadas nos consultórios (Nogueira, 2021, p. 175).

Até aqui, falamos sobre a constituição do sujeito, enfatizando a particularidade de ser pessoa negra/o em uma sociedade racista enquanto condicionante psíquico da constituição desse sujeito, lembrando que condicionante não significa determinismo, causalidade direta e linear. Isildinha Nogueira e Neusa Santos Souza atuavam por desvelar os modos pelos quais, em uma sociedade de classes desigual, estruturada sobre forte hierarquia racial, o racismo se expressa na particularidade de ser negra ou negro, por meio de marcas psíquicas compartilhadas, que serão vividas de modo único por cada sujeito em suas histórias de vida e demais experiências. Nas permanências históricas e atualizações da violência racial, mesmo nas formas mais dissimuladas do racismo à brasileira, há na vivência do racismo, com frequência, a experiência de uma acontecimento impossível de se inscrever no simbólico.

É trabalho de quem atua na clínica psicanalítica acompanhar os efeitos do encontro com o real, que impelem o sujeito a narrar o indizível, dar testemunho da violência vivida. “Só o sujeito pode dar um testemunho sobre o real do inconsciente, um testemunho para alguns outros dispostos a ouvir” (Betania, 2016, p. 57). As queixas de negação da violência racial por parte de profissionais psi, revitimizando pacientes negras e negros que tentam relatar situações de racismo a analistas / terapeutas (Amaro, Mattos, 2022), dão conta da relevância das pesquisas de Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira. Ambas abriram fissuras no discurso psicanalítico, produzindo deslocamentos que: visibilizaram as pessoas negras como sujeito da psicanálise, e reivindicaram uma psicanálise, também, a serviço de pessoas negras, em face do sofrimento psíquico produzido pelo racismo.

Cabe considerar que o silêncio acerca das relações raciais no Brasil e suas decorrências subjetivas que imperava na clínica psicológica, está vinculado ao mito da democracia racial, que vinha cumprindo sua função ideológica, de afirmar a convivência harmônica entre negros e brancos, dissimulando o racismo como um evento pontual, individual, restrito. Em outras palavras, dizer que vivemos em harmonia, é afirmar a ausência do racismo. Tenhamos em mente, por exemplo, o adiamento do batismo da tese de Isildinha Nogueira, lembrando que “impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso (Orlandi, 2007b, p.102). Em determinadas circunstâncias, fala-se algo, para não permitir que outros sentidos sejam mobilizados. Munanga (2021, p. 23) sublinhou: “Nessa época [da defesa da tese de Isildinha Nogueira], a temática sobre a situação do negro na sociedade brasileira já era motivo

de muitos estudos e publicações, sobretudo nas ciências humanas, apesar da inércia do mito da democracia racial”. Contudo, no âmbito do campo psi, majoritariamente branco à época – e mesmo no cenário pós ações afirmativas, como o último censo da psicologia brasileira mostrou (Sandall *et al.*, 2022) – estudar relações raciais e sofrimento psíquico demandava enfrentar o silêncio hegemônico, que camuflava ideologias raciais introjetadas e naturalizadas.

Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira não somente dialogaram com a teoria psicanalítica na produção de conhecimentos sobre relações raciais, mas o fizeram a partir do lugar de psicanalistas negras que operam a clínica no cotidiano. Seus trabalhos fizeram emergir o sujeito negro no discurso da teoria psicanalítica, um sujeito cujas demandas e sofrimentos também precisam ser visibilizados e contemplados por essa disciplina. E se, como sinalizam Cesário e Almeida (2010, p. 8), “não há como cobrar de Pêcheux uma teoria da ação e do ator político” pois “para ele o que importa são os agentes coletivos, as classes sociais em luta, uma contenda, um processo antagônico que se manifesta nas formações ideológicas e discursivas”, pela via da psicanálise, estas autoras apontaram elementos importantes que articulam a interpelação ideológica à psicodinâmica do sujeito singular.

E o que dizer sobre a constituição da subjetividade branca nesta mesma sociedade estruturalmente racista?

4.3 Maria Aparecida Silva Bento: deslocando o branco do lugar de sujeito modelo da psicanálise:

Ao trabalhar com relações raciais em “em instituições ligadas ao mercado de trabalho” (Bento, 2002, p. 1-2), como empresas, no movimento sindical e no poder público, a psicóloga paulistana Maria Aparecida Silva Bento produziu movimentos ruidosos no discurso psi. Bento já estudava a temática há tempos. Carone (2014) conta, por exemplo, que de 1992 a 1996, participaram juntas de um projeto intitulado *A força psicológica do branqueamento – um estudo sobre a negritude em São Paulo*, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Diversas pesquisadoras fizeram parte deste grupo, como Edith Piza, dialogando com estudos sobre branquitude recomendados pela antropóloga estadunidense Angela Gilliam (Carone, 2014). Cinco anos após a defesa de doutorado de Isildinha Batista, em 2002, Bento defendeu sua tese de doutorado intitulada *Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, também na Universidade de São Paulo. Vinte anos depois, a tese foi publicada como livro: *O pacto da branquitude* (Bento, 2022).

A tomada do branco como grupo padrão universal da humanidade, que já vinha sendo apontada por Neusa Santos (1983), Lélia Gonzalez (2020) e Isildinha Baptista (2021), foi investigada em profundidade por Bento (2002). Em seu trabalho debruçou-se sobre os processos psicodinâmicos da subjetividade branca a partir de uma nova perspectiva no campo psi: tomando o ser branco como uma particularidade ao invés de modelo universal. Utilizando-se de conceitos psicanalíticos como o narcisismo, Bento (2002) colocou esse instrumental a serviço da análise de aspectos psíquicos da coletividade branca. Contudo, o faz alterando radicalmente seu lugar nas relações raciais. Ou seja, colocando coletividade e subjetividade brancas no centro do debate, demonstrando seu papel na manutenção do racismo e na dimensão dialógica deste fenômeno. Ao fazê-lo, retira essa coletividade-subjetividade branca de sua costumeira centralidade analítica enquanto padrão, na medida que a situa enquanto fruto de

mais um lugar social (privilegiado, hegemônico, opressor, mas não único em nossa sociedade e nem modelo de existência no qual deveríamos todos nos espelhar).

Bento (2002, p. 155), aborda a temática do amor narcísico, “a expressão do amor a si mesmo”, que atua no psiquismo como elemento que busca a “preservação do indivíduo e que ao mesmo tempo gera aversões ao que é estranho”. Como explica, o narcisismo está ligado a processos de identificação, assim como o ódio narcísico, a processos de desidentificação com o outro. A partir de Freud, a autora nos diz que o ódio, passível de ser tomado como uma tendência comum entre muitos sujeitos, pode atuar de maneira unificadora, evocando laços emocionais tal como outros sentimentos considerados socialmente positivos.

O objeto do nosso amor narcísico é “nosso semelhante”, depositário do nosso lado bom. A escolha narcísica de objeto se faz a partir do modelo de si mesmo, ou melhor, de seu *eu ideal*: ama-se o que se é, ou o que se foi, mas ama-se principalmente o que se gostaria de ser, ou mesmo a pessoa que foi parte de si, enquanto vista como *ideal do eu*, nos processos de indiferenciação. Por outro lado, o alvo de nosso ódio narcísico é outro, o “diferente”, depositário do que consideramos nosso lado ruim (Bento, 2002, p. 44).

Como as demais autoras aqui discutidas, Bento (2002) pensa o papel da alteridade no processo de constituição do sujeito, uma vez que o outro está presente em nossas vidas psíquicas, seja como modelo, objeto, apoio ou adversário. Ressalta que, apesar da generalidade da psicodinâmica narcísica e da projeção, o contexto das relações raciais hierarquizadas (isto é, como se dão historicamente em nossa sociedade) produz uma dinâmica psicológica específica, que está na base do preconceito racial. Em outras palavras, a despeito desse tipo de funcionamento psíquico se fazer presente no conjunto das populações, o contexto social racista demarca características e objetos particulares a esses processos, delimitando sistematicamente os sujeitos que farão parte do nós a ser protegido e do eles a ser estranhado e rejeitado.

Bento (2002) trabalha, então, com o conceito de pacto narcísico: uma aliança silenciosa de apoio e fortalecimento entre iguais (brancos), com a finalidade de conservar privilégios e interesses. Este pacto está atrelado à branquitude, de modo que processos que poderiam ser considerados “absolutamente normais” (p. 35) no desenvolvimento dos indivíduos, no contexto das relações raciais, adquirem outra faceta. Vinculam-se à legitimação e normalização da “apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e à manutenção de privilégios” (p. 35), no processo histórico e funcionamento cotidiano da sociedade brasileira. O silêncio aparece como aspecto comportamental da subjetividade da coletividade branca brasileira. Silêncio acerca das relações raciais e da realidade experienciada pelo outro (considerado diferente daqueles tidos como modelo universal da humanidade). A partir da análise de Orlandi (2007b) acerca da trama discursiva construída pela ciência, religião e política social, de modo a produzir um apagamento dos povos originários em relação à língua e à identidade nacional brasileira, Bento (2002) teceu suas considerações acerca do silêncio da branquitude. Silêncio que produz sentidos sociais de apagamento da importância histórica e condições de vida de segmentos sociais não brancos.

A autora identificou, também, que o pacto narcísico está intimamente relacionado ao medo, como aspecto característico da emocionalidade branca na relação com sujeitos e coletividades negras (Bento, 2002): “O medo, como outras emoções, faz parte de um complexo sistema de preservação da vida. Sentir medo não é negativo. Todos, igualmente, sentem medo

diante de situações de perigo iminente” (Bento, 2002, p. 35). Contudo, investigando a particularidade de ser branco em uma sociedade racista, a autora articula a gênese deste medo à na noção de paranoia e mostra que o medo está na essência do preconceito. Na paranoia, o medo se faz presente independentemente de situações de perigo iminente. Ou, nas palavras da autora, na paranoia há uma “manifestação distorcida em que o medo existe independente da ameaça, e é exacerbado como fator preditivo de ameaça” (Bento, 2002, p. 35). Bento (2002) retoma processos históricos, como a expansão da civilização europeia no contexto colonial, dialogando com Frantz Fanon, que havia relacionado o medo que povos europeus sentiam dos povos africanos a mecanismos projetivos.

Um exemplo sutil e corriqueiro disso é a expressão popularizada como “racismo reverso” ou “às avessas” que circula na sociedade brasileira indicando que negros estariam praticando racismo contra pessoas brancas. A expressão ajuda a reconhecer os aspectos discursivos e projetivos de que Bento (2002) fala. Em geral, a expressão “racismo reverso” emerge acompanhada de sentimentos de incômodo, e costuma ser sacada em debates sobre racismo como contraponto legitimador da existência do racismo anti-negro, já que supostamente os próprios negros também seriam racistas. Neste contexto, temos, também, a construção de um ethos de vítima para a coletividade branca, embora não se encontre respaldo na materialidade dos fatos históricos e sociais (como, por exemplo, ser assujeitada por um sistema de exploração baseado em supostos atributos raciais). Mas isso justificaria a legítima defesa e existência de brancos racistas. As queixas acerca do suposto “racismo reverso” dão notícias daquilo que Bento (2002, p. 35) descreve como “medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente”. Pois, embora, frequentemente proferida por pessoas que não se levantam contra o racismo (anti-negro ou contra povos originários) histórica e estruturalmente presente no Brasil, a expressão “racismo reverso” evidencia como as pessoas brancas temem ocupar socialmente o lugar destinado às populações negra e indígena. Justamente porque sabem o tratamento dispensado a elas pela coletividade branca da qual fazem parte. Como sinaliza Bento (2002), a expressão indica o medo que pessoas brancas têm de enfrentar o próprio racismo.

Bento (2002) escolheu o pacto narcísico como principal linha de análise do material das entrevistas que realizou em função de uma questão discursiva: “a maneira como surgem (ou são omitidos) no discurso dos entrevistados os dois principais atores: brancos(as) e negros(as)” (p. 155). Discurso de pessoas brancas participantes da pesquisa, no qual observou sentidos associados à “preocupação em preservar, isentar, proteger os interesses do grupo branco”, junto à “culpabilização e desvalorização dos negros e, por vezes, com uma indiferença em relação à violação de seus direitos” (p.155). Seguindo essa linha de análise, Bento (2002) mostrou que o preconceito resiste à educação e carrega uma indiferença moral a atos discriminatórios, muitas vezes reconhecidos como tal pelas próprias pessoas que os praticam. Para a autora, a permanência da delimitação de lugares sociais destinados aos grupos raciais específicos está atrelada ao pacto narcísico da branquitude, em uma dinâmica que entrelaça percepção, afetividade, comportamento interpessoal e prática social, atrelando-os à divisão sociorracial de lugares de privilégio e de inferioridade.

[...] É uma árdua tarefa reconhecer ao mesmo tempo o outro e o que somos, apreender nossos lugares recíprocos, situar a hierarquia de nossos papéis, bem como a estrutura de nossas relações. É necessário, ainda, encontrar a forma de reconhecer e viver nossas relações de violência e amorosas. É na busca do atingimento dessa meta que poderemos decifrar a natureza da organização e estruturas que ela adota, bem como compreender o quão não varia e o que é possível de ser transformado. (Bento, 2002, p. 160).

No movimento de acionar a teoria psicanalítica junto a outros saberes, as autoras protagonizaram a construção de um discurso do sujeito negro frente à psicanálise, introduzindo possibilidades de novos sentidos para essa disciplina. Fizeram emergir na psicanálise e reverberar na psicologia, um discurso contra-hegemônico acerca das relações raciais.

Na verdade, fissuraram o silenciamento da psicanálise frente às relações raciais, a despeito de trabalharem conceitos clássicos que, em geral, retornavam aos mesmos espaços do dizer, ainda que sob uma profusão de diferentes formulações. Sigamos para outro fio que une as produções das autoras: a experiência subjetiva como mulheres negras.

5 Epistemicídio, silêncio e condições de produção do discurso psicanalítico

[...] negras/os têm, ao longo, de suas histórias, tentado responder de outras formas à violência da colonialidade a partir do encontro com a dimensão de negritude que essas experiências possibilitam, erigindo coletivamente o reconhecimento de uma comunidade e a construção de pertencimentos. Esse movimento pode ser percebido hoje, através de diferentes expressões, nos brasis onde negras/os assumem as suas próprias histórias, tensionando os lugares de enunciações, portanto, de poder (Lima, 2020, p. 90).

Vimos como um traço compartilhado na obra das autoras o fato de se debruçarem sobre relações raciais no Brasil de forma absolutamente atrelada à nossa história colonial e à estrutura social e desigual calcada na racialidade. É possível tomar esse traço como eco da terceira fase do movimento negro no Brasil, quando, segundo Domingues (2007) havia um alinhamento à “esquerda” no movimento, em torno de reivindicações de justiça racial. Podemos dizer que todas elas, não somente comentaram pontualmente, mas se debruçaram sobre este processo histórico e seus mecanismos implicados na constituição de particularidades negras e brancas, e de sujeitos singulares racializados na nossa sociedade. Destacamos os diálogos das autoras com perspectivas críticas da história e da sociologia, com autores que também se posicionavam contra dominações, embora, como mostram Gonzalez (2020) e Bento (2002), estar no campo da esquerda, filar-se a teorias críticas etc. não garante chancela antirracista ou anti-opressões. De fato, não há discurso que “garanta uma correspondência estrita aos lugares (posições) em que são produzidos” (Orlandi, 2007b, p.117). Como as autoras nos mostram, as dinâmicas raciais são muito mais complexas.

Frantz Fanon está presente como referência em todas as autoras que discutimos, com influências nos debates sobre: movimento da negritude, complexo de inferioridade e interna-

lização do racismo, projeção e branquitude, dialética entre brancos e negros, entre outros. A discussão de Fanon em torno da sociogênese apontou os limites e a insuficiência dos modelos explicativos clássicos sobre subjetividades e o sofrimento psíquico de pessoas negras (Lima, 2020). Gonzalez também fazia críticas sobre a insuficiência dos modelos teóricos que abordavam a, assim chamada, questão racial (2020):

Diferentes posicionamentos teóricos vêm buscando explicar a situação da população de cor (negros e mulatos) em nosso país, na medida em que tal situação se traduz numa participação mínima nos processos político, econômico e cultural. Apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental. Aqui e ali podemos constatar em seus discursos os efeitos do neocolonialismo cultural; desde a transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações “conceituais” que se perdem no abstracionismo. Seu “distanciamento científico” quanto ao seu “objeto” (isto é, o negro e o mulato) revela, na realidade, a necessidade de tirar de cena um dado concreto fundamental: enquanto brasileiros, não podemos negar nossa ascendência negra/indígena, isto é, nossa condição de povo de cor. Alienação? Recalcamento? O fato é que, em termos teóricos, tal obstáculo epistemológico produz discursos parciais nos dois sentidos (Gonzalez, 2020, p. 31).

As obras das autoras em tela mostram a força da inscrição das significações da cultura no inconsciente singular. Lembremos que Bento (2002, p. 159) afirma que uma ideologia “sempre designa alguns como irmãos com os quais há que trabalhar na grande obra e reconciliação humana, e outros como estrangeiros, adversários ou inimigos”. Assim, uma ideologia possibilita aos indivíduos se situarem em uma “comunidade de negação”, “formação coletiva”, “sólida”, comunidade esta que nega e exclui da realidade o que a indis põe (p. 160). Neste sentido, além de ideologias racistas propriamente ditas (ideias de supremacia branca / inferiorização negra, indígena etc.), vimos que, no Brasil, a ideologia da democracia racial, tipicamente nacional, pode atuar como política de silêncio. Ou seja, pode produzir silenciamento de sujeitos que ousam afirmar a existência de contradições étnico-raciais em nossa sociedade em ambientes que prezam por manter silêncio a respeito. Neste caso, silenciar sobre o racismo e seus impactos psicossociais significa reafirmar o mito da democracia racial no campo psi. A manutenção do silenciamento converge com os interesses da branquitude, pois mantém o *status quo* desigual da distribuição de riquezas materiais e simbólicas, relação que também se expressa no campo psi, como dados dos censos profissionais da psicologia ajudam a evidenciar.

O debate que Moura (2014) faz acerca da tutela da produção literária negra, também nos remete ao silêncio histórico do campo psi acerca do sofrimento psíquico decorrente do racismo. “A intervenção do silêncio faz aparecer a falta de simetria entre os interlocutores” (Orlandi, 2007b, p. 49). Evoca memórias do controle sobre linguagem-pensamento da população negra. Toda as práticas sociais, seus sentidos, suas formações e matrizes discursivas se disponibilizam a partir da grande memória, histórica e permanente que é o interdiscurso. O discurso (antropológico) que associava grupos étnico-raciais a tipos, portadores de supostas qualidades intrínsecas e carregadas de julgamentos morais e de valor (Bento, 2002), segue sustentando dizeres que se atualizam e dissimulam em novas abordagens ou velhos posicionamentos consolidados. O mesmo observa-se com a oposição primitivo-civilizado das teorias evolucionistas.

Se, por um lado, o mito da democracia racial impõe silêncio sobre dinâmicas racistas, por outro, o próprio silêncio a desorganiza: “A interlocução não é bem-comportada, nem obedece a uma lógica pré-estabelecida.” (Orlandi, 2007b, p. 49). Assim, as autoras fizeram resistência, a partir da psicanálise. Partindo do debate mais consolidado no século XX sobre a constituição do sujeito, propuseram discussões sofisticadas sobre ideologia, sofrimento psicossocial a partir da racialidade, branquitude etc. O fato dessas quatro autoras serem mulheres negras produzindo conhecimentos acerca de relações raciais na academia não deve ser invisibilizado ou subestimado. Nem o fato de fazerem menção à própria racialidade e/ou às experiências profissionais, militantes e/ou outros campos da vida como fator de implicação para o desenvolvimento de seus estudos sobre relações raciais. Como vimos, elas assumem, em seus discursos, uma posição-sujeito contra-identificada (Indursky, 2013) com as ideologias raciais dominantes (especialmente, no que tange o mito da democracia racial), que subjazem ao aparente desinteresse da categoria psi na temática racial e seus impactos psicossociais.

A obras de Lélia Gonzales, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento produziram importantes deslocamentos em relação ao discurso psicanalítico brasileiro clássico, utilizando conceitos deste campo para abordar as relações raciais no Brasil e seus atravessamentos psíquicos. Neste sentido, é preciso reconhecer que o lugar social que as autoras ocupam como mulheres negras está intimamente relacionado às condições de produção de um discurso de vanguarda, que assume protagonismo numa articulação entre psicanálise e relações raciais no Brasil e que se coloca, de fato, contra os discursos que perpetuam o racismo na teoria e atuação da clínica psi. Reconhecer esta relação entre lugar social e condições de produção de discursos não significa a impossibilidade de outros grupos étnico-raciais desenvolverem estudos importantes sobre relações raciais, que contribuam para o combate ao racismo. Nem significa que, em si ou a priori, bastaria a cor da pele negra para que as autoras tivessem os posicionamentos que destacamos aqui. Qualquer um destes entendimentos contrariaria o fato de que, a despeito de elementos compartilhados da particularidade (ser uma pessoa branca ou negra), a singularidade carrega uma expressão própria, de modo que a biografia única de cada uma conferiu condições de possibilidades para que construíssem as perspectivas de suas obras. Assim, de forma não determinística, linear ou causal, é preciso considerar o pertencimento racial associado a suas experiências e trajetórias de vida, permitindo-lhes a formação de uma consciência racial que demarcava para elas uma posição diferente da coletividade branca nas relações raciais.

Portanto, entendemos que a consciência racial advinda da experiência vivida como mulheres negras atravessadas tanto pela realidade do racismo como por dizeres contra a opressão racial compõe as condições de produção do discurso das autoras. Vemos nesta imbricação a base do que Collins (2016) observou acerca da capacidade de mulheres negras sociólogas terem perspectivas e *insights* especiais em relação às teorias hegemônicas iluminando suas “anomalias” (Collins, 2016, p. 123). Collins (2016) nomeia o status destas acadêmicas negras de “forasteiras de dentro” (*outsider within*). No protagonismo das obras destas quatro autoras, em relação ao discurso da psicanálise brasileira sobre relações raciais, rompendo com processos de significação naturalizados e ainda presentes neste campo, ressoam dizeres dos movimentos da negritude, de lutas quilombolas e anticoloniais, já ditos de emancipação frente à opressão negra. Também são inegáveis a influência direta e o ressoar de suas produções na ruptura do silenciamento acerca do racismo nas graduações de psicologia, na organização de coletivos negros, periféricos e contra-hegemônicos atuantes na clínica psicanalítica e psicológica, bem como nas especificidades das demandas de atendimento trazidos por pessoas negras.

6 Considerações finais: academia e a luta política contra o racismo

Neste artigo, vimos que uma importante marca da produção de conhecimentos comum às autoras para a apreensão das relações raciais é a tomada de conhecimentos já acumulados acerca da trajetória história do colonialismo ao capitalismo brasileiro (indissociável das desigualdades raciais), independentemente de a ênfase do estudo recair sobre particularidades ou singularidades racializadas. Como afirma Lima (2020, p. 89), “é tarefa dos nossos tempos dar conta dessas interpelações que emanam de uma pluralidade de sujeitos que não compactuam mais com a dimensão de alienação e de violência na qual as vidas negras têm sido colocadas”. Neste sentido, é preciso lembrar que a atuação clínica pressupõe o lidar, também, com a subjetividade de quem a pratica (Figueiredo, 2018). Assim, reconhecer e enfrentar as ideologias que atravessam profissionais do campo psi (na produção de conhecimentos, no ensino e prática clínica), é tarefa fundamental.

As obras de Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida da Silva Bento deram passos fundamentais nessa direção. Suas produções testemunham a resistência e luta contra o racismo no seio da academia. Ampliaram e fizeram avançar o conhecimento no campo dos saberes psicológicos. E, simultaneamente, trouxeram importantes contribuições para a reivindicação de novas demandas dos movimentos sociais no enfrentamento do racismo através dos tempos, tal como a contemporânea reivindicação de inclusão de estudos sobre relações raciais nos cursos de psicologia por parte de coletivos negros.

Suas trajetórias e seus trabalhos mostram, portanto, que a produção de conhecimento na academia não se resume à prática política mas, de forma alguma, está apartada dela e da realidade social na qual se produz. Suas atuações evidenciam, entre outras coisas, a importância da implicação e da constituição de corpos discentes e docentes plurais. Ao discutirmos a relevância de suas presenças e protagonismo, fica nítida a importância de pesquisadoras negras na academia que, mobilizadas por suas experiências, produziram e produzem estudos implicados com o enfrentamento do racismo. Suas existências são prova viva da necessária crítica ao discurso de neutralidade e separação sujeito-objeto como condição para a atitude científica, visto que sua defesa opera na direção da manutenção do status quo da desigualdade racial e epistemicídio na psicanálise e na psicologia.

Por fim, os limites da clínica psicanalítica ou psicológica frente à realidade socio-histórica brasileira, na construção de conhecimentos e práticas que contribuam para o enfrentamento do racismo e seus impactos, precisam ser ponto de inflexão permanente. Entendendo que tais limites decorrem da constituição do racismo enquanto fenômeno estrutural na sociedade brasileira e da própria constrição do campo psi, não das pessoas e populações a quem sua linguagem não alcança.

Declaração de autoria

As autoras declaram que contribuíram para a elaboração do manuscrito submetido. A primeira autora, Cecília de Aquino Barbosa, contribuiu com a concepção e o desenho do trabalho; com a composição do dispositivo de análise; com a redação, a revisão crítica e a elaboração da versão final para publicação. A segunda autora, Amana Rocha Mattos, contribuiu com a redação, a revisão crítica e a revisão da versão final para publicação.

Referências

- AMARO, T. V.; MATTOS, A. R. “Eu quero uma psicóloga preta”: prática clínica, racialização e identificações no contemporâneo. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 297-325, dez. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382022000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2024.
- ANDRADE, E.; SOUZA, P. S. Neusa Santos Souza. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 4, 2023, p. 1-17. ISSN: 2526-6187. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2023/03/Neusa-Santos-Souza-PDF.docx-1.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2025.
- BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 176f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. DOI: 10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514.
- BENTO, M. A. S. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. B. (Orgs). *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CESÁRIO, A. C. C.; ALMEIDA, A. M. C. Discurso e ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 32, n. 1 p. 1-8, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/6958/6958>. Acesso em: 01 mar. 2024.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKfqr6GLVMn/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 01 jul. 2023.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, v. 12, n. 23. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jan 2026.
- FARIAS, M. O protesto negro em questão: contribuições de Clóvis Moura para a Psicologia Crítica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1*. Brasília: CFP, 2022. p. 72-91 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- FARIAS, M. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. São Paulo: Editora Dandara, 2024.
- FAUSTINO, D. M. [Entrevista concedida a] Paula Gaudenzi e Wania Cidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 9, p. 2519-2526, set. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3H58XL4HfCDX9zHNvRgpqf-c/?lang=pt#>. Acesso em: 10 out. 2023.
- FIGUEIREDO, L. C. M. *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

- FIGUEIREDO, L. C. M. Sob o signo da multiplicidade. *Cadernos de subjetividade*, v. 1, n.1, p. 89-96. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/article/view/38112>. Acesso em 28. abr.2024.
- GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- HARNECKER, M. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. 2. ed. São Paulo: Editora Parma, 1983.
- INDURSKY, F. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. *Signo y Señal*, n. 24, dez. 2013. p. 91-104. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo>. Acesso em: 02 abr. 2025.
- LIMA, F. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 72, n. esp., p.80-93, 2020. DOI: 10.36482/1809-5267.ARB2020v72sp.80-93
- MARTINS, H. V. Usos dos discursos psi: a questão racial (1930-1950). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.): p. 33-47, 2020. DOI: 10.36482/1809-5267.ARB2020v72sp.33-47
- MARTINS, H. V. Raça, colonialismo e o discurso decolonial: resistência e ressonâncias negras na Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil) *Psicologia brasileira na luta antirracista* : volume 1. Brasília : CFP , 2022. p. 72-91 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- MARIANI, B. S. C. Testemunho: um acontecimento na estrutura. *Revista Desenredo*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/5890>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 2. ed. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois em co-edição com Anita Garibaldi, 2014.
- MUNANGA, K. Prefácio. In: NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente*: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021. p. 23-29.
- NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente*: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- OLIVEIRA, G. S. Os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos. In: FARIAS, M. *Clóvis Moura e o Brasil*: um ensaio crítico. São Paulo: Editora Dandara, 2024.
- OLIVEIRA, I. F.; COSTA, V. C. A.; YAMAMOTO, O. H. A Psicologia no Brasil: uma história em construção. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil) . *Quem faz a psicologia brasileira?* : um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho. Volume I : formação e inserção no mundo do trabalho [recurso eletrônico] Brasília: CFP , 2022. p. 11-41. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.
- ORLANDI, E. L. P. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007a.
- ORLANDI, E. L. P. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.
- PURINELLI, A. M. Formação Social. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Org.). *Glossário de termos do discurso*: edição ampliada. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 131-133.
- RIOS, F.; LIMA, M. Introdução. In: GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 9-21.

SANDALL, H.; QUEIROGA, F; CONDIM, S. M. G. Quem somos? Caracterizando o perfil das(os) psicólogas(os) no Brasil. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil) . *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro : formação e inserção no mundo do trabalho*. Volume I : formação e inserção no mundo do trabalho [recurso eletrônico] Brasília: CFP , 2022. p. 42-53. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1_WEB.pdf Acesso em: 26 jun. 2024.

SCHUCMAN, L.V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. spe, p. 172–185, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?lang=pt#>. Acesso em: 01. jul. 2023.

SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SILVA, M. L. Passos marcantes de Maria Lucia da Silva pela psicologia, relações raciais e de gênero. [Entrevista concedida a] Clélia Prestes; Deivison Mendes Faustino. In: DAVID, E.C; PASSOS, R. G.; FAUSTINO, D. M.; TAVARES, J. S. C. (orgs.). *Racismo, Subjetividade e Saúde Mental: o pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec, 2021.

SLAVUTZKY, A. Apresentação. In: NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021. p. 17-22.

SOARES, D. C. O.; MATTOS, A. R. As infâncias de Bitita e Juan Francisco Manzano: autobiografia como fabulação crítica na autoria negra. *Bakhtiniana*, São Paulo, 20 (3): e66498p, jul./set. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/390577180_As_infancias_de_Bitita_e_Juan_Francisco_Manzano_autobiografia_como_fabulacao_critica_na_autoria_negra. Acesso em: 17 abr. 2025.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.